

“Políticas de Educação Infantil no Brasil e Portugal: desafios atuais para a gestão das escolas e do sistema”

Proponente: Maria Aparecida Guedes Monção

Faculdade de Educação da UNICAMP

Resumo geral

A proposta desse simpósio foi suscitada e se justifica diante do grande paradoxo em que o século XXI se iniciou, como nos aponta Sarmento (2008): diante do grande foco que tem sido dado às crianças - quer seja nos debates sociais, políticos e acadêmicos - se acumulam e se agravam os indicadores de exclusão e sofrimento que atingem a infância, em âmbito mundial.

Nesse contexto, o simpósio “Políticas de Educação Infantil no Brasil e Portugal: desafios atuais”, tem como objetivo analisar implicações do contexto hodierno para a gestão e as políticas educacionais para a primeira infância nos dois países envolvidos.

As políticas para a primeira infância no Brasil têm sido historicamente marcadas por avanços e recuos que impactam diretamente a qualidade do atendimento as crianças pequenas que frequentam as creches e as pré-escolas (MONÇÃO; BARBOSA, 2021). Propostas que buscam atenuar os gastos sem considerar a especificidade da primeira infância como *vouchers*, bolsa creche, ampliação do atendimento conveniado em substituição ao público, dentre tantos outros, têm circundado as políticas públicas para a primeira etapa da educação básica. Tal contexto promove o que Fúlvia Rosemberg (2003) denomina como “ a maldição de Sísifo”, que faz a educação infantil “despencar morro abaixo”, e desconsiderar os direitos fundamentais das crianças, apesar de todos os esforços envidados por profissionais, pesquisadores e movimentos sociais em sua defesa.

Os preceitos neoliberais com ênfase na privatização dos serviços públicos acentuam na educação infantil brasileira a formação de redes distintas de atendimento financiada pelo poder público, aumentando de forma estrondosa o convênio com entidades em detrimento à educação infantil pública. Apesar de ser subsidiada pelo Estado e ter que seguir as orientações oficiais das secretarias municipais de educação, cada organização social conveniada tem as diretrizes de sua mantenedora, que muitas vezes são distantes do que é previsto pela municipalidade. Nessa direção a gestão dos sistemas de ensino e das instituições são impactadas pela perspectiva neoliberal, que dificultam a efetivação do direito à educação infantil pública de qualidade e democrática.

De maneira semelhante, em Portugal, o Estado se tornou responsável por políticas públicas que visam consolidar o direito à educação das crianças pequenas após ter sido concebido e instituído o sistema de Educação e Cuidado, por meio do qual foram definidas políticas e estratégias para oferta, financiamento e gestão das creches e jardins de infância. Contudo, nas últimas décadas, destaca-se que o aumento das articulações entre o público e o privado, tal cenário tem apresentado fortes implicações para a garantia dos direitos das crianças pequenas, afetando os princípios da democracia e da igualdade (VILARINHO, 2020).

Tal panorama do atendimento educacional da primeira infância no Brasil e em Portugal foi, recentemente, profundamente afetado pela pandemia da Covid-19. Nesse contexto, destaca-se que, durante o período de extrema gravidade da crise sanitária, interesses privatistas e econômicos ganharam força. No Brasil, tal fator contribuiu para

induzir secretários de educação a decretarem a reabertura das escolas, mesmo diante da ausência de condições mínimas de segurança sanitária, colocando em risco a dignidade e a própria vida de crianças, educadores e demais adultos que trabalham nas instituições. Outrossim, diante da proliferação de atividades remotas para as crianças pequenas, que invadiu diferentes redes de ensino no país, a iniciativa privada se beneficiou com a venda de materiais didáticos. (BIAZAN; JULIANI, 2021).

A pandemia do Coronavírus juntamente com o avanço da perspectiva neoliberal na educação, coloca-nos inúmeros desafios para a garantia do direito à educação infantil de qualidade: romper com a precarização do atendimento ocasionado pelo conveniamento; garantir o atendimento das necessidades dos bebês e crianças e ampliar a participação das famílias para garantir um controle social do atendimento prestado.

Nesse contexto se inserem as três propostas de trabalhos apresentadas no simpósio, cujos resumos encontram-se a seguir. Por meio delas pretende-se contribuir com a ampliação do debate sobre ações e políticas que implicam no aumento das formas de exploração da infância nos diferentes países, bem como construir novas redes - de pesquisas e da sociedade civil - e fortalecer as já existentes, na luta pela garantia dos direitos das crianças pequenas, conquistados arduamente como fruto de lutas históricas.

Resumos das apresentações:

Tendências e desafios nas políticas de Educação de Infância em Portugal

Emília Vilarinho

Universidade do Minho – Instituto de Educação

Centro de investigação em Educação - CIEEd

Esta comunicação pretende colocar em debate e interrogar o papel do Estado na definição e a implementação das políticas de Educação de Infância em Portugal, identificando tensões, tendências e desafios que se colocam a este nível educativo, quer a nível da provisão (oferta) e da sua governação, quer ao nível seu conteúdo (modelo e perspectiva pedagógica). A partir da análise de documentos oficiais (1997–2022), a pesquisa revela que o Estado concebeu o sistema de Educação e Cuidado e definiu políticas e estratégias diferenciadas de provisão, financiamento e governação em relação às creches (0-3 anos) e aos jardins de infância (3-5 anos). A investigação permite-nos afirmar que atualmente se esboçam três tendências nas políticas de Educação de Infância: I) A expansão da oferta e a reorganização da rede, onde é visível a tensão entre a universalização da oferta e a obrigatoriedade, entre a gratuidade e a participação familiar; II) a expansão da rede pela iniciativa pública e pelas parcerias com o terceiro setor, observando-se novos modos de governação; III) a redefinição do seu conteúdo e a associação do discurso da qualidade ao da avaliação, onde se constata a afirmação legal do carácter holístico do currículo, da conceção das crianças como sujeitos ativos nos processos de aprendizagem, mas também a “curricularização” das práticas educativas e da padronização da avaliação institucional e das aprendizagens.

A elaboração de políticas para a primeira infância no Brasil e o papel do Estado

Luciane Muniz Ribeiro Barbosa

Faculdade de Educação - Unicamp

Esse trabalho tem como objetivo apresentar análises sobre o processo de elaboração e aprovação de documentos norteadores de políticas para a primeira infância no Brasil nas últimas décadas, sobretudo as referentes ao Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI) e ao Marco Legal da Primeira Infância (MLPI), Lei 13.257/2016. Foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa que contou como principais procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Como principais resultados podem ser apontados: a) o protagonismo das fundações privadas no processo de elaboração, tramitação e aprovação do PNPI e MLPI; uma ressignificação do papel do Estado visto como parceiro dos novos empreendedores sociais (CORREA, 2020), diante da proposta de um novo modelo de gestão; um ataque à Educação Infantil como direito social das famílias e crianças, dado que ela passa a ser apresentada por tais documentos e entidades citadas como atendimento não prioritário e focalizado para as populações vulneráveis por meio de conveniamento com entidades de assistência social.

A expansão da oferta de educação infantil no período de 2010-2020 na cidade de São Paulo

Maria Aparecida Guedes Monção

Faculdade de Educação - Unicamp

Esse estudo centrou-se na análise do processo de expansão de vagas na rede municipal de São Paulo no período de 2010 a 2020, por meio de análise documental e entrevistas com representantes da gestão pública. A rede de educação infantil da cidade de São Paulo, conta com três tipos de atendimento: creches diretas; indiretas e conveniadas. Constatou-se que a forma predominante de expansão da rede nesse período se deu por convênios da prefeitura com entidades sociais. As diferentes modalidades apresentam características de estrutura e funcionamento muito distintas, o que promove uma desigualdade no atendimento para as crianças que frequentam as instituições paulistanas. Pode-se averiguar três elementos que constituem essa desigualdade: 1) a estrutura física; 2) as condições de trabalho dos professores e a 3) gestão da creche. Essas diferenças revelam a fragilidade da relação entre os direitos conquistados na legislação e a implementação de políticas públicas que os viabilizem.

Referências Bibliográficas

BIAZAN, C. C.; JULIANI, V. F. Educação Infantil e ensino remoto: a retomada da escolarização precoce em tempos de pandemia. In: MONÇÃO, M.A.; BARBOSA, L.M. (Orgs.) Políticas públicas de educação infantil: Diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

CORREA, Bianca. A educação infantil sob a lógica do empreendedorismo e dos “negócios de impacto social”. Educação em Revista. Belo Horizonte. v. 36. Jan/2020.

MONÇÃO, M. A. G.; BARBOSA, L. M. R.. *Políticas Públicas de Educação Infantil: diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Sísifo e a educação infantil brasileira. *Pro-Posições*. V. 14, n. 1(40), p. 177-194, 2003.

SARMENTO, Manuel Jacinto (2008). Sociologia da Infância: Correntes e Confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto e GOUVEA, Maria Cristina Soares de (org.). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008 (17-39)

VILARINHO, Emília. ARTICULAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM PORTUGAL. *Educação em Revista* [online]. 2020, v. 36 [Acessado 27 Outubro 2022] , e231420.